

TERMO DE CONVÊNIO nº 002/2024, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.780.441/0001-60, estabelecido à Rua Ernani Cotrin, nº 187, Centro, Capivari de Baixo/SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal **MÁRCIA ROBERG CARGNIN**, através do **FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO**, pessoa jurídica de direito público, instituído pela Lei Municipal nº 35, de 15.06.1993, inscrito no CNPJ sob o nº 10.971.858/0001-57, estabelecido na Rua Ernani Cotrin, nº 187, Centro, Capivari de Baixo/SC, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde, **PLÍNIO DA SILVA VIEIRA** doravante denominada **CONVENIENTE** e, de outro lado, **ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 60.922.168/0053-07, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 215, Centro, cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. **HEBERT MORESCHI**, Diretor Geral, portador da carteira de identidade nº. 1.283.910 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº. 042.258.197-60, e **MARCELO COLI FERNANDES**, Diretor Executivo Planejamento e Finanças, portador da carteira de identidade nº 18.848.346 SSP /SP, inscrito no CPF sob o nº 132.858.458-56, doravante denominada **CONVENIADA**, com base na autorização da Lei Municipal nº 451, de 23.03.1999, resolvem firmar o presente Convênio, que vigorará nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem como objeto a cooperação entre as partes convenientes para a contribuição e repasses financeiros por parte do **CONVENIENTE** para auxílio na manutenção dos serviços prestados no atendimento de baixa complexidade e atendimento de casos agudos no Setor de Urgência e Emergência Hospitalar da **CONVENIADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS PRESTADOS

2.1. Para o cumprimento do objeto deste Convênio, a **CONVENIADA** obriga-se a oferecer ao

DS


DS


paciente a ser atendido em procedimentos de baixa complexidade ou em atendimento de casos agudos no Setor de Urgência e Emergência Hospitalar, conforme dispõe o objetivo, os recursos necessários ao seu atendimento, de acordo com o discriminado abaixo:

- I) Atendimento médico, por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área;
- II) Todos os disponíveis recursos de diagnóstico e tratamento necessários ao atendimento de urgência e emergência;
- III) Medicamentos receitados e materiais médico-hospitalares utilizados no atendimento do setor de urgência e emergência, incluindo-se sangue e hemoderivados;
- IV) Instalações físicas de acordo com a legislação vigente;
- V) Disponibilizar Materiais e equipamentos necessários para a realização de serviços de imagens;
- VI) Serviços de enfermagem; e
- VII) Serviços gerais.

2.2. A CONVENIADA obriga-se a manter o serviço de urgência e emergência geral ou especializado, se previsto no Documento Descritivo em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, de acordo com protocolo de classificação de risco.

2.3 Nas hipóteses em que a CONVENIADA não possuir os serviços, materiais e/ou procedimentos necessários ao correto e eficiente atendimento dos pacientes, o CONVENIENTE se obriga a adotar as medidas necessárias para a imediata transferência do paciente para outra unidade de saúde apta a prosseguir no atendimento, sob sua responsabilidade única e exclusiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO DOCUMENTO DESCRITIVO

3.1. Entende-se por Documento Descritivo o instrumento de operacionalização das ações e serviços planejados de gestão, assistência e avaliação, constante do Anexo I do presente Convênio.

3.2. O Documento Descritivo, que integra o presente instrumento na forma de Anexo I, conterá, ao menos:

- I) A definição de todas as ações e serviços de saúde, nas áreas de assistência e gestão que serão prestadas pela CONVENIADA;
- II) A descrição da estrutura física, tecnológica e recursos humanos necessários ao cumprimento do estabelecido no instrumento formal de contratualização;

III) A definição dos recursos financeiros e respectivas fontes envolvidas na contratualização.

Parágrafo Primeiro. O Documento Descritivo terá validade máxima de 12 (doze) meses, devendo ser renovado após o período de validade, acompanhando o prazo deste Convênio e sendo formalizado por meio de Aditivo.

Parágrafo Segundo. Alterações ao Documento Descritivo devem ser publicadas no Diário Oficial utilizado pelo CONVENENTE.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1 A **CONVENIADA** receberá do CONVENENTE recursos pré-fixados correspondente às seguintes ações:

I) R\$ 277.200,00 divididos em 07 parcelas mensais de R\$ 39.600,00 a partir do mês de junho à dezembro, destinados ao custeio e manutenção do Setor de Emergência da **CONVENIADA**, em complementação aos recursos oriundos do **Contrato de Prestação de Serviços no Sistema Único de Saúde - SUS nº 15/2023**, firmado entre a **CONVENIADA** e o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme autorizado por este Contrato, que irão compor o orçamento fixo da **CONVENIADA**.

4.2. Os valores dotados para pagamento dos serviços prestados em decorrência deste Convênio podem ser reajustados por ato do CONVENENTE ou por atualização dos valores da Tabela SUS. Sendo que, em havendo atualização, esta deve ser formalizada por meio de Aditivo a ser celebrado entre as Partes.

4.3. Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização for em prazos menores que um mês.

Parágrafo Único. Os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser aplicados no objeto do Convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4. Havendo saldo do Convênio ao término de sua vigência, a **CONVENIADA** é obrigada a

restituir os recursos ao CONVENENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. O pagamento dos Serviços Prestados referente ao custeio e manutenção do Setor de Emergência (Item I da Clausula Quarta) ocorrerá até o dia 10 (dez) de cada mês, sendo o primeiro pagamento em junho de 2024.

5.2. O prazo para utilização dos recursos é até o dia 30 (trinta) do mês em que o repasse foi feito, prazo este que deverá ser apresentada a prestação de contas do respectivo período. A mesma deverá ser apresentada em via impressa ao setor de convênios municipal sito à Avenida Ernani Cotrin, 187, paço municipal 2º piso, bairro Centro Capivari de Baixo e/ou digital aos e-mails convenios@capivaridebaixo.sc.gov.br e controleinterno@capivaridebaixo.sc.gov.br.

5.3. O CONVENENTE, após a revisão dos documentos, efetuará o pagamento do valor final apurado e aprovado, depositando-o na conta bancária específica da CONVENIADA no BANCO DO BRASIL - Ag 1911-9- Conta Corrente nº 8995-8.

5.4. As Partes envolvidas no presente Convênio afirmam e declaram que a prestação de contas poderá ser assinada por meio eletrônico, sendo consideradas válidas as referidas assinaturas.

5.5. As Partes também declaram reconhecerem como válidas as assinaturas eletrônicas feitas através da plataforma "DocuSign", quando enviadas para os respectivos endereços de e-mail dos signatários, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP2200- 2/2001.

CLÁUSULA SEXTA - DAS VEDAÇÕES DE DESPESAS

6.1. Os recursos recebidos por meio deste Convênio não podem ser usados para o pagamento das seguintes despesas:

- I) Despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- II) Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III) Despesas destinadas a finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- IV) Despesas em data anterior à vigência deste Convênio;

- V) Despesas com pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo CONVENENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VI) Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo, no caso das multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONVENENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados pelo mercado;
- VII) Despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Documento Descritivo.

Parágrafo primeiro. Os recursos recebidos por meio deste Convênio poderão ser usados para o pagamento de despesas administrativas até o limite de 15% do valor do previsto na Cláusula 4.1, desde que expressamente autorizadas e demonstradas no Documento Descritivo.

Parágrafo segundo. Para fins do disposto no parágrafo anterior, consideram-se despesas administrativas as despesas com internet, transporte, aluguel, telefone, luz, água e outras similares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DO CONVENENTE

7.1. É obrigação do CONVENENTE:

- I) Transferir os recursos previstos neste convênio à CONVENIADA, nos termos e prazos da Cláusula 4.1 deste instrumento;
- II) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços conveniados;
- III) Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- IV) Designar médico auditor para a realização da auditoria de contas e verificação de prontuários *in loco*, se assim entender necessário;
- V) Instituir a Comissão de Acompanhamento da Contratualização, nos termos da Cláusula 9.3 deste Convênio;
- VI) Realizar investigação de denúncias de cobrança indevida de qualquer ação ou serviço de saúde prestado pela CONVENIADA;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

8.1. Para a execução do presente convênio, a CONVENIADA obriga-se a:

- I) Manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- II) Oferecer serviços prestados por profissionais devidamente incluídos no banco de dados do CNES, incluindo membros do corpo clínico, profissional que tenha vínculo de emprego com a CONVENIADA e profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviços à CONVENIADA;
- III) Submeter-se às avaliações sistemáticas da gestão do SUS de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), nos termos da Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde;
- VII) Submeter-se à política de regulação instituída pelo gestor, dispondo a totalidade dos serviços contratados para o Complexo Regulador, observadas as normas, fluxos e protocolos pré-definidos;
- VIII) Apresentar prestação de contas até dia 25 do mês do recebimento da parcela nos termos da Cláusula Quinta, 5.2, deste Convênio;
- IV) Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado;
- V) Garantir o livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do CONVENIENTE e dos órgãos de controle interno e externo;
- VI) Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS;
- VII) Disponibilizar ouvidoria ou serviço de atendimento ao usuário;
- VIII) Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos validados pelo CONVENIENTE;
- IX) Prestar serviços de saúde de acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH), atendendo aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário;
- X) Justificar a pacientes ou a seus representantes, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto no Convênio;
- XI) Implementar as ações previstas no Programa Nacional de Segurança do Paciente,

- regulamentado pela Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde ou outra que venha substituí-la, contemplando a implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente, elaboração de planos para Segurança do Paciente e implantação dos protocolos de segurança do paciente;
- XII) Manter em funcionamento Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), Comissão de Análise de Óbitos, Comissão de Revisão de Prontuários, Comissão de Ética Médica e demais, de acordo com determinações dos Conselhos Regional e Federal de Medicina;
 - XIII) Alimentar os sistemas de notificações compulsórias conforme legislação vigente, incluindo a notificação de eventos adversos relacionados à assistência em saúde;
 - XIV) Garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde contratualizados aos usuários do SUS;
 - XV) Afixar, em local visível, informativo de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
 - XVI) Noticiar o CONVENIENTE de eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;
 - XVII) Possuir equipe médica habilitada para o atendimento no hospital;
 - XVIII) Divulgar aos usuários, em local visível e de fácil acesso, a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital;
 - XIX) Esclarecer os pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - XX) Disponibilizar os aparelhos necessários para a realização de serviços de medicina diagnóstica, laboratorial e por imagem;
 - XXI) Em caso de manutenção técnica dos aparelhos disponibilizados para a realização dos exames, direcionar os pacientes para outra unidade de saúde durante o período em que persistir o problema;
 - XXII) Assegurar aos pacientes o direito à assistência religiosa e espiritual por ministro de culto religioso;
 - XXIII) Manter registros contábeis de acordo com as regras praticadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, para fins de acompanhamento e avaliação dos recursos obtidos pelo Convênio;
 - XXIV) Manter atualizados os prontuários, o arquivo médico e o cadastro dos usuários,

de acordo com a legislação vigente dos órgãos competentes;

- XXV) Assegurar ao paciente o acesso ao prontuário médico, quando solicitado;
- XXVI) Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre paciente;
- XXVII) Disponibilizar para auditoria in loco toda a documentação inerente à prestação de serviços que é objeto do presente Convênio;
- XXVIII) Identificar o paciente por meio do Cartão Nacional de Saúde, regulamentado pela Portaria GM/MS nº 940, de 28 de abril de 2011;
- XXIX) Respeitar a decisão do paciente e/ou responsável legal ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- XXX) Contratar, exclusivamente, prestadores de serviços que não estejam impedidos de receber recursos públicos;
- XXXI) Preencher os campos referentes ao contrato no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);
- XXXII) Participar da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, prevista na cláusula 9.3 deste Convênio;
- XXXIII) Cumprir a legislação do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, bem como normas sanitárias e relativas ao meio ambiente;
- XXXIV) Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, relatório do atendimento prestado contendo os seguintes dados:
 - a) Nome do paciente;
 - b) Nome do hospital;
 - c) Localidade;
 - d) Motivo do atendimento e diagnóstico, adotando o Código Internacional de Doenças (CID) vigente à época da alta;
 - e) Data da admissão;
 - f) Data da alta, no caso de internação;
 - g) Tipo de procedimentos especiais utilizados e realizados;
 - h) Previsão do seguinte esclarecimento no cabeçalho do documento: *“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título”.*

CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA, FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

9.1. As partes conveniadas acordam que o controle e fiscalização do cumprimento do convênio serão exercidos pela Secretaria de Saúde do CONVENENTE, que elaborará relatório mensal de avaliação do presente Convênio, que será encaminhado à CONVENIADA.

9.2. O CONVENENTE, por meio de sua área técnica competente, exercerá a função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução dos serviços, a qual deverá aprovar a prestação de contas deste convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados, o poder discricionário de orientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

9.3. O CONVENENTE instituirá Comissão de Acompanhamento da Contratualização, composta por 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e 1 (um) representante da CONVENIADA.

Parágrafo Primeiro. A Comissão monitorará a execução das ações e serviços de saúde pactuados, devendo:

- I) Avaliar a capacidade instalada;
- II) Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do presente convênio, especialmente quanto aos atendimentos e responsabilidades de ambos os conveniados;

Parágrafo Segundo. A composição da Comissão será objeto de publicação no Diário Oficial utilizado pelo CONVENENTE, ou publicação equivalente.

9.4. A CONVENIADA deve monitorar os seguintes indicadores:

- I) Taxa de mortalidade institucional;
- II) Densidade de incidência de infecção por cateter venoso central (CVC).

9.5. A CONVENIADA poderá, a qualquer tempo, ser submetida à fiscalizada *in loco* pela CONVENENTE, desde que a fiscalização não prejudique a condução dos serviços prestados pela CONVENIADA.

9.6. A CONVENIADA deve garantir o acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado para os servidores do CONVENENTE responsáveis pela fiscalização dos serviços prestados, bem como disponibilizará o acesso destes documentos

aos órgãos de controle interno e externo.

9.7. A CONVENIADA obriga-se a se submeter a avaliações sistemáticas pela gestão do SUS de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), que avaliará a eficiência, eficácia e efetividade das estruturas, processos e resultados relacionados ao risco, acesso e satisfação dos cidadãos frente aos serviços de saúde do SUS.

9.8. Em toda e qualquer situação decorrente deste Convênio está assegurado à CONVENIADA o prévio direito de defesa e contraditório, bem como o direito à interposição de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes deste Convênio correrão no presente exercício e serão cobertos por repasses do Fundo Municipal de Saúde do município de Capivari de Baixo, à conta de dotação orçamentária do ano em exercício, cuja despesa 7 recurso 5002.

Parágrafo único. No caso de elaboração de termos aditivos, devem ser indicados os créditos e empenhos para a cobertura das despesas decorrentes dos serviços de saúde contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E TRABALHISTA DA CONVENIADA

11.1. A CONVENIADA será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando-lhe assegurada o direito de regresso.

Parágrafo Único. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.

11.2. Caberá à CONVENIADA toda e qualquer responsabilidade trabalhista relativa a os profissionais por si contratados, responsabilizando-se igualmente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto desta avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. Caso informações relativas a uma pessoa física identificada ou identificável sejam tratadas no âmbito deste Contrato, as Partes obrigam-se a atuar de acordo com a legislação vigente sobre proteção de dados e às determinações dos órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), bem como as demais leis e normas de proteção de dados pessoais.

12.2. As Partes envidarão seus melhores esforços na adoção de medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível.

12.3. As Partes, incluindo seus funcionários, procuradores e contratados, comprometem-se a tratar todos os Dados Pessoais a que eventualmente tiverem acesso por força deste Contrato como confidenciais, ainda que este Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente Convênio poderá ser extinto observado o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.531/2023 e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, De 30 De Agosto De 2023, bem como pela denúncia de uma das Partes, nos termos do Parágrafo Primeiro desta cláusula.

Parágrafo Primeiro. Independente do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Décima Quinta do Convênio, este poderá ser rescindido a qualquer tempo e por quaisquer das partes, sem a imposição de multas ou indenizações, desde que a parte interessada na rescisão expressamente comunique a outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

SParágrafo Segundo. Em caso de rescisão do presente convênio por qualquer das Partes, não caberá direito a qualquer indenização, salvo o pagamento, pelo CONVENENTE, dos serviços executados até a data do evento.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONVENIADA, de cláusula ou obrigação constante deste convênio ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONVENENTE a aplicar-lhe as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Parágrafo Primeiro. A imposição

das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada as circunstâncias objetivas de cada ocorrência.

Parágrafo Segundo. O valor de eventuais multas será descontado dos pagamentos devidos à CONVENIADA

Parágrafo Terceiro. A violação da obrigação de garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde contratualizados, além de sujeitar a CONVENIADA às sanções previstas nesta cláusula, autorizará o CONVENENTE a reter, do montante devido à CONVENIADA, o valor indevidamente cobrado, para fins de ressarcimento do usuário do SUS.

14.1. No caso de inadimplência por parte do CONVENENTE quanto ao pagamento dos valores devidos pela prestação dos serviços, fica desde já estipulado que este será obrigado a arcar com o pagamento do débito acrescido de correção monetária equivalente à remuneração do capital e compensação da mora, uma única vez, até o efetivo pagamento, com base nos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Os termos do presente convênio poderão ser alterados mediante acordo entre as partes, os quais deverão ser consignados em termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2024, quando então será automaticamente rescindido, independente de qualquer prévio aviso ou comunicação, exceto se as partes convencionarem a prorrogação do prazo de vigência mediante o competente termo aditivo.

Parágrafo Único. No caso de formalização de termo aditivo, deve ser pactuado novo Documento Descritivo, nos termos da Cláusula Terceira deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial utilizado pelo CONVENENTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

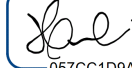
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Convênio.

Assim, por estarem justas, certas e acordadas, assinam o presente em três vias de iguais teores, na presença das testemunhas abaixo.

Capivari de Baixo - SC, 16 maio de 2024.

Márcia Roberg Cargnin
Prefeita Municipal

DocuSigned by:

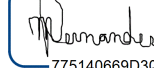


057CC1D9AFF497

Hebert Moreschi
Diretor Geral – ACSC/HNSC

Plínio da Silva Vieira
Secretário Municipal de Saúde

DocuSigned by:



775140669D3042A

Marcelo Coli Fernandes
Procurador – ACSC/HNSC

Testemunhas:

1^a

DocuSigned by:



2A0F0851D2034A0...

2^a

Plano de Trabalho

Órgão Entidade Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo - Fundação Municipal de Saúde		CNPJ 95.780.441/0001-60	
Endereço: Rua Ernani Cotrin, nº 187, Centro – Capivari de Baixo			
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência: 1911-9 Conta: 8995-8			
Cidade: Capivari de Baixo	UF: SC	CEP: 88745-000	Tel.: (048) 3621-4400
Nome do Responsável: Marcia Roberg Cargnin			CPF: 507.017.119-49

Órgão/Entidade Associação Congregação de Santa Catarina - Hospital Nossa Senhora da Conceição - HNSC		CNPJ 60.922.168/0053-07	
Endereço: Rua Vidal Ramos, nº 215			
Cidade: Tubarão	UF: SC	CEP: 88.701-160	DDD / Telefone (048) 3631-7000
Nome do Responsável: Hebert Moreschi			CPF: 042.258.197-60
Cédula de Identidade nº 1.283.910 SSP/ES			Função: Diretor Geral
Endereço e telefone residencial: Rua Vidal Ramos, nº 215 – Centro, Tubarão/SC (048) 3631-7000			CEP: 88.701-160

DESCRIÇÃO

Título: Repasse Financeiro para contribuição com os custos de manutenção do Setor de Emergência da ACSC – Hospital Nossa Senhora da Conceição, para execução de serviços de saúde no Hospital Nossa Senhora da Conceição.	Período de Execução	
	Início JUNHO/2024	Término DEZEMBRO/2024
Objeto: Repasses financeiros para auxílio na manutenção dos serviços prestados no atendimento de baixa complexidade e atendimento de casos agudos no Setor de Urgência e Emergência Hospitalar.		
Justificativa: <p>O Hospital Nossa Senhora da Conceição é uma instituição fundada em 1907 e situada no município de Tubarão/SC, representando uma estrutura de saúde de referência para a região da AMUREL. Atualmente no Município de Tubarão, o Hospital Nossa Senhora da Conceição é o único serviço de urgência e emergência com atendimento 24 horas diárias e ininterruptas para pacientes do Sistema Único de Saúde. Considerando o porte e tipo de serviço oferecido na Instituição, faz com que municípios de toda a região busquem ou necessitem de atendimentos de urgência, sendo esses atendimentos na grande maioria das vezes absorvidos pelo Setor de Emergência da instituição ora Conveniada.</p> <p>Em relação ao aspecto específico referente a área de atuação prevista no Convênio firmado entre as partes, fica estabelecido que o Conveniado prestará serviço na área de atenção à urgência e emergência conforme metas relacionadas no Plano Operativo Anual de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares anexo I do Contrato de Prestação de Serviço no Sistema Único de Saúde firmado com o Estado de Santa Catarina Contrato nº 03/2022.</p> <p>Portanto, em conformidade com o instrumento de convênio ora firmado, o Conveniado garantirá o acesso às ações e serviços em saúde no setor de emergência, de forma regular e contínua, segundo a programação e capacidade técnica, vinculado previamente na referida contratualização do Sistema Único de Saúde – SUS com o Estado.</p> <p>Além dos atendimentos urgentes e emergenciais que é mais específico, a população busca o hospital através do mesmo setor para a resolução de situações de menor complexidade, fato que eleva ainda mais o número de atendimentos naquele serviço.</p>		



Em que pese os atendimentos serem realizados pelo Sistema Único de saúde, a remuneração paga por estes serviços é insuficiente para cobrir os elevados custos com a manutenção da estrutura necessária para assegurar uma assistência integral, com a qualidade e continuidade.

Para tanto, os recursos que serão viabilizados pelo Município de Capivari de Baixo, através do convênio ora firmado será destinado à complementação das diversas despesas do setor, tais como: aquisição de insumos diversos, materiais, medicamentos, dentre outras necessidades.

E ainda, considerando que o valor do custeio para atendimentos no setor de emergência para os municípios de Capivari de Baixo está congelado desde 2019, sendo que os custos hospitalares aumentaram significativamente neste período, em que incluiu a pandemia, aumento dos valores dos insumos, como materiais e medicamentos, convenções coletivas etc. E para haver um equilíbrio econômico-financeiro para ambas as partes, esta instituição considerou o IPCA apenas do 2022 a 2023 para compor o valor total do custeio para 2024.

RELACIONADOS À POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O Conveniado deverá desenvolver mecanismos e estabelecer ações que visem à manutenção de profissionais qualificados em todas as áreas do Hospital em quantidade suficiente para execução das metas pactuadas com o Estado.

- 1) Perfil Assistencial
 - Horário de Atendimento: 24 horas
 - Dias de Atendimento: Todos os dias
 - Regime de Atendimento: Emergência
 - Natureza de Atendimento: Hospitalar

- 2) Procedimentos: Consulta/Atendimento Urgência/Emergência, Cirurgias Ambulatoriais, Procedimentos Traumato-Ortopédicos, Patologia Clínica, Radiodiagnósticos, Exames Ultrassonográficos, Eletrocardiograma, Ginecologia/Obstetria (Tococardio, colposcopia, etc...), Urologia (Cistoscopia e/ou uretroscopia), Gastroenterologia (esofagoscopia, gastroduodenoscopia, vídeo laringoscópio. Acolhimento com Classificação de Risco.

3) Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">- Equipe 24 horas para atender a porta de entrada aberta.- Conforme as habilitações em alta complexidade a unidade hospitalar deverá ter os seguintes profissionais <p><u>Cardiologia:</u> Cardiologista, Hemodinamicista, Angiografista, Cirurgião Cardiovascular, Intensivista, Ecocardiografista, Imagenologista, Anestesiologista.</p> <p><u>Traumato-Ortopedia:</u> Traumato-ortopedista, Clínico Geral, Anestesiologista.</p> <p><u>Neurologia:</u> Neurologista, Clínico Geral, Cirurgião Geral.</p> <p><u>Sobreaviso:</u> Neurocirurgião, Especialidades Trauma-ortopédica e Cirurgias.</p> <p><u>Equipe de Suporte:</u> Psicologia clínica, Nutrição, Assistência Social, Fisioterapia, Terapia ocupacional, Farmácia e Hemoterapia, Fisioterapia</p>
---------------------	--

4) Recursos Tecnológicos	Existentes 24 horas na própria estrutura do Hospital: A. Análises Clínicas Laboratoriais B. Eletrocardiografia C. Radiologia Convencional D. Ultrassonografia E. Anestesiologia F. UTI G. Centro Cirúrgico Disponíveis: A. Tomografia Computadorizada
5) Estrutura Física	- Compatíveis com as normas do Ministério da Saúde e adequadas para acolhimento e atendimento dos portadores de danos e/ou agravos caracterizados como pequenas, médias ou grandes urgências, de natureza clínica ou cirúrgica. - Existência de sala exclusiva para acolhimento e classificação de risco.

RECURSO FINANCEIRO

Natureza da Despesa: Dotação Orçamentária da Fundação Municipal de Saúde, prevista no orçamento anual de 2024

Vigência	Especificação	Nº Parcelas	Total
junho/24 Dezembro/24	Os recursos serão destinados ao custeio e manutenção dos serviços prestados no atendimento no Setor de Emergência do Hospital	7	R\$277.200,00

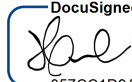
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

RECURSO MUNICIPAL

Meta/2024	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Manutenção do Setor de Emergência	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00

Meta/2024	Novembro	Dezembro
Manutenção Setor de Emergência	R\$ 39.600,00	R\$ 39.600,00

DocuSigned by:



057CC1D9AFFF497...

Hebert Moreschi
Diretor Geral

ACSC – Hospital Nossa Senhora da Conceição

